

Tábuas do equilíbrio



Foto: Arquivo pessoal

Graduado em Ciências Atuariais pela UFRJ, **Luciano Gonçalves de Castro e Silva**, 34 anos, tornou-se Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE ao defender uma tese sobre a construção de tábuas de mortalidade destinadas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Nesta entrevista, Silva, que é demógrafo do IBGE, sustenta que as tábuas biométricas utilizadas atualmente podem levar a distorções no sistema e propõe um caminho para que os gestores obtenham maior precisão nos cálculos, um dos principais desafios na busca de equilíbrio na administração previdenciária.

Previdência Nacional Na sua tese de Mestrado o senhor defende a construção de tábuas de mortalidade regionais como meio de evitar distorções nos cálculos de aposentadorias. Que distorções seriam essas, o senhor pode dar exemplos?

Luciano Silva Sim. O grande problema é que as tábuas de mortalidade comumente utilizadas nos cálculos atuariais dos sistemas previdenciários brasileiros como as tábuas das famílias AT's, GKM's e GAM's, dentre outras, não espelham de forma estatisticamente aceitável o padrão de mortalidade do brasileiro. Destaco o efeito gerado pelas chamadas causas externas, como os acidentes de trânsito e homicídios, não contempladas no padrão dessas tábuas. Apesar dessas tábuas serem experiências internacionalmente aceitas, elas introduzirão distorções nos resultados porque foram feitas para determinados indivíduos de diferentes países e em períodos de construção pretéritos.

PN O senhor também sustenta a necessidade de que existam tábuas regionais específicas para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Por que essas tábuas teriam de ser diferentes das usadas no Regime Geral de Previdência Social, caso o RGPS também tivesse tábuas diferenciadas?

LS O cerne da questão é que a tábua de mortalidade construída pelo IBGE, e também utilizada no RGPS, leva em consideração a população brasileira como um todo, contemplando as Regiões Norte e Nordeste e também as áreas rurais, que notoriamente apresentam mortalidade acima da média nacional. Para o RGPS, entendo que a tábua do IBGE seja adequada, pois reflete o perfil de seus contribuintes e beneficiários, além de resumir em uma única taxa as várias expectativas de vida de todas as 27 UF's do Brasil. Quando falamos mais especificamente do servidor público, estável e com todas as garantias previstas em lei, que consegue melhor programar a sua vida, que tem nível educacional médio e superior, que pode curtir um lazer no final de semana e por aí afora, sem dúvida esse indivíduo vive mais que a média do brasileiro em geral. Apesar do uso dessa experiência genuinamente nacional ter representado um avanço no cálculo atuarial, entendo que a mesma ainda não seja a ideal.

PN No seu estudo o senhor calculou a tábua de mortalidade de que seria a mais adequada para o RPPS em São Paulo. A que conclusão o senhor chegou e qual a diferença entre a tábua encontrada e a efetivamente utilizada no Estado?

LS Nenhuma das tábuas comparadas mostrou-se perfeitamente adequada à mortalidade do RPPS de SP. Para tentar resumir o resultado da análise, considerou-se intervalos etários de 10 em 10 anos, dos 20 aos 90 anos

de idade, onde a tábua ajustada para SP foi comparada com diversas tábuas utilizadas nos cálculos. Na prática, a tábua que ficava mais próxima da de SP em uma determinada faixa etária, por exemplo, dos 20 aos 30 anos, não era a mais adequada para a faixa etária dos 30 aos 40 anos, e assim sucessivamente. Em suma, aquela que ficaria um pouco menos distante seria uma tábua "Frankenstein", montada a partir dessas diversas tábuas de mortalidade. Esse tipo de tábua, no entanto, seria inviável na prática, além de a legislação não permitir uma tábua formada a partir de uma "colcha de retalhos". No caso específico do RPPS do Estado de SP, a tábua AT-83 utilizada apresentou nível de mortalidade sempre abaixo do intervalo de confiança da tábua ajustada a partir dos dados brutos, tanto para homens quanto para mulheres.

PN E na comparação com a tábua do IBGE, como se mostrou a tábua construída para São Paulo?

LS A tábua de mortalidade de São Paulo é única. Um exemplo: aos 60 anos de idade, os servidores homens do RPPS de São Paulo têm uma expectativa de viver, em média, até os 80 anos, enquanto as mulheres, até os 84,2 anos. Se eu te disser que os homens da tábua IBGE-2007 têm uma expectativa de vida de 79,4 anos, em média, enquanto as mulheres, até os 82,6 anos, já temos um viés de 0,6 ano para cada homem e de 1,6 ano para cada mulher, sinalizando que, caso o RPPS de São Paulo estimasse seus compromissos previdenciários utilizando a tábua IBGE-2007, esses encargos estariam todos subestimados, dado que seus servidores viveriam mais tempo do que o brasileiro em geral e consequentemente receberiam por mais tempo suas aposentadorias e pensões, podendo gerar desequilíbrios no Sistema Previdenciário.

PN Algum Estado ou alguma região já elaborou a sua tábua de mortalidade?

LS Que eu saiba, não. E não há impeditivo legal. Acho que alguns Estados não constroem suas tábuas próprias porque ainda não identificaram a verdadeira importância dessa ferramenta, outros não possuem bancos de dados amplos e fidedignos que propiciem a construção de tábuas confiáveis. No caso daqueles que possuem a base de dados necessária, faltaria apenas a boa vontade para iniciar o processo.

PN A manutenção das tábuas utilizadas atualmente pode causar, mais ainda que distorções, "rombos" nos regimes próprios no futuro?

LS Não gosto muito de utilizar a palavra "rombos" devido à conotação pejorativa atrelada à palavra. Prefiro o conceito de "Reserva Matemática a Amortizar" ou mesmo déficit atuarial. No RPPS, o cálculo atuarial é decisivo para determinar os compromissos atuais e futuros do sistema. Se a tábua utilizada não reflete as características biométricas da população, surgem vieses que vão resultar em desequilíbrios para o sistema. No caso prático, imagine a situação de um participante que, pela tábua atual, receberá o benefício de aposentadoria até, em média, os 80 anos de idade, só que na prática ele viverá até os 85 anos. Multiplique agora esse servidor por 10, por mil, por um milhão e veja o valor montante desse descompasso.

PN Como deve proceder um Estado ou município para elaborar sua própria tábua de mortalidade?

LS O ponto crucial seria a criação e manutenção de um banco de dados amplo, fidedigno e sempre atualizado, contemplando os dados necessários para a execução do trabalho. Por exemplo, no caso do Estado de São Paulo foram disponibilizadas informações de janeiro de 1985 a setembro de 2006. Esses dados continham 2.099.546 linhas, cada uma com informações como matrícula, data de nascimento, de admissão, sexo, nível de escolaridade, entre outras. Só a partir daí seria possível fazer o cálculo.

PN O Brasil está preparado para fazer tábuas regionais?

LS Sim, o Brasil não só está preparado estruturalmente como, tecnicamente, temos grandes pesquisadores no assunto. Algumas Unidades da Federação possuem as bases de dados necessárias. O ponto da questão é a consciência de todos os envolvidos no Sistema Previdenciário dos Servidores Públicos, da necessidade urgente desse tipo de experiência, onde novos, mais amplos e abrangentes estudos se fazem necessários. ●